

COLEÇÃO DIVIDENDOS FUTUROS

EDUCAÇÃO FINANCEIRA BÁSICA

VOLUME 1

CAIO DINIZ
SERGIO GONÇALVES



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
PARTE 1 - FINANÇAS PESSOAIS	
1 - ORGANIZAÇÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS.....	6
2 - RESERVA DE EMERGÊNCIA.....	10
PARTE 2 - LIBERDADE FINANCEIRA	
3 - LIBERDADE FINANCEIRA.....	14
4 - A DIFERENÇA ENTRE PATRIMÔNIO E RENDA.....	17
PARTE 3 - ECONOMIA BÁSICA	
5 - INFLAÇÃO OFICIAL (IPCA).....	21
6 - TAXA BÁSICA DE JUROS (SELIC).....	24
PARTE 4 - FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO	
7 - SISTEMA PRICE.....	27
8 - SISTEMA SAC.....	29
REFERÊNCIAS.....	31
CONTATO E MÍDIAS.....	32

INTRODUÇÃO

Neste livro apresentamos uma breve introdução à educação financeira. O conteúdo está dividido em 4 partes: **(1)** finanças pessoais, **(2)** liberdade financeira, **(3)** economia básica, e **(4)** financiamento imobiliário. Se você é leigo em economia e finanças e quer alcançar uma melhor qualidade de vida, saiba que a educação financeira pode ser uma poderosa aliada nessa trajetória. Ganhando muito ou ganhando pouco, saber lidar com o dinheiro e tomar decisões inteligentes é um grande desafio para todos nós. Nesse sentido, o nosso objetivo é ajudá-lo a superar este desafio. Desejamos a você uma ótima leitura.

Os autores.

PARTE 1

FINANÇAS PESSOAIS

1 - ORGANIZAÇÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS

A organização das finanças pessoais é fundamental para que possamos ter clareza das nossas despesas e rendimentos. Independentemente da estratégia a ser utilizada em termos de organização, o objetivo é sempre o mesmo: gastar menos do que se ganha. Uma pessoa mais organizada e menos endividada possui maior potencial para desfrutar de uma qualidade de vida melhor.

ORGANIZAÇÃO DAS DESPESAS

Atualmente existem aplicativos que nos auxiliam a organizar nossas despesas. O próprio aplicativo do banco é uma dessas ferramentas dado que o extrato bancário descreve os nossos gastos diários, semanais e mensais.

Porém, a estatística e o poder do hábito são os nossos maiores aliados nesse processo. O simples registro dos gastos diários, seja em um bloco de notas físico ou digital, já é mais que suficiente para estimular o hábito do controle de gastos.

Se ao final do dia você conseguir efetuar uma breve retrospectiva das suas despesas e anotá-las, então, certamente, vivenciará dois processos complementares: o quanto foi gasto e por qual motivo.

Nesse sentido, a utilização de planilhas pode otimizar este processo, pois você poderá organizar os dados de acordo com o período de tempo, ou seja, semana, mês ou ano. Por outro lado, você poderá também separá-los por categorias: moradia, lazer, viagens, educação, dentre outros.

Através dos dados acumulados no decorrer do tempo, será possível realizar análises mais detalhadas e até mesmo identificar o seu perfil de consumo.

ORGANIZAÇÃO DAS RECEITAS

A organização dos rendimentos, em teoria, é mais simples do que a organização das despesas. Isso se deve ao fato que, se você é CLT, então, recebe o salário apenas uma ou duas vezes por mês. No entanto, é possível ter mais do que uma fonte de renda. Por exemplo, uma pessoa que recebe dividendos de ações ou fundos imobiliários.

Os rendimentos a serem considerados são todos aqueles provenientes do trabalho assalariado ou informal (renda ativa), bem como de outros meios (renda passiva).

Assim como na organização das despesas, podemos controlar os rendimentos através de uma planilha. O mais comum é agrupá-los de forma mensal.

No final do processo, o total das receitas equivale ao nosso limite de gastos, embora seja arriscado enxergar dessa forma. É muito mais sensato ter uma sobra de dinheiro para eventuais emergências, bem como para investimentos.

EXISTE UMA MANEIRA IDEAL DE GASTAR?

Não. No entanto, a regra mais utilizada para o controle de gastos consiste em estabelecer porcentagens máximas para cada categoria, considerando os seus gastos fixos, os gastos variáveis, dentre outros.

Uma possibilidade seria utilizar no máximo 50% com gastos fixos (moradia, alimentação, transporte, educação, saúde), 30% com gastos variáveis (entretenimento, restaurantes, lazer, compras por impulso) e os demais 20% para o pagamento de dívidas, investimentos e a formação de uma reserva de emergência.

As porcentagens dependerão de cada pessoa e também do seu momento de vida. Porém, quanto maior for o comprometimento da renda com gastos fixos, menor será a parcela destinada para o lazer, cultura e viagens.

2 - RESERVA DE EMERGÊNCIA

A reserva de emergência é uma reserva de dinheiro necessária para lidar com imprevistos. É o nosso seguro pessoal. O objetivo é não depender de terceiros quando tivermos uma necessidade urgente de capital. Por exemplo, um vazamento de água no seu apartamento, a sua máquina de lavar que apresentou defeito, o falecimento de um ente querido, dentre outras emergências.

COMO MONTAR UMA RESERVA DE EMERGÊNCIA?

O valor a ser aplicado na reserva de emergência dependerá se o trabalhador é assalariado (CLT) ou microempreendedor (MEI). Caso você ainda não tenha uma reserva de emergência, economize no mínimo 10% da sua renda mensal para constituir tal reserva.

No caso de um trabalhador CLT, é desejável ter uma reserva equivalente a pelo menos seis meses das suas despesas. Já no caso de um MEI, a reserva deve ser equivalente a pelo menos um ano dos seus gastos.

Cabe pontuar que o trabalhador assalariado contribui mensalmente de forma compulsória para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Logo, o saldo do FGTS compõe a reserva de emergência de um trabalhador assalariado, mas não necessariamente de um trabalhador autônomo.

Porém, em virtude das diversas restrições para o saque do FGTS, devemos constituir uma reserva própria e com maior liquidez. Precisamos ter uma maior facilidade e rapidez no acesso ao dinheiro se comparado ao que é oferecido pelo FGTS.

ONDE APLICAR A RESERVA DE EMERGÊNCIA?

Não há uma resposta única. No entanto, existem algumas aplicações cujas características estão alinhadas ao de uma reserva de emergência. Por exemplo, aplicações de renda fixa com liquidez diária, tais como, Tesouro Selic, CDB com liquidez diária, conta corrente remunerada e até mesmo a poupança.

O aspecto principal a ser considerado é o seguinte: precisamos acessar o dinheiro com a maior rapidez possível e a menor burocracia possível. Portanto, a rentabilidade é menos importante do que a facilidade no acesso ao dinheiro.

Nesse sentido, não é recomendável alocar a reserva de emergência em ações ou fundos imobiliários, pois tratam-se de ativos de renda variável e que estão sujeitos às oscilações diárias e à liquidez do mercado financeiro.

Apesar da possibilidade de negociação diária na bolsa de valores, o valor obtido com a venda de uma ação ou fundo imobiliário estará disponível na sua conta somente após dois dias úteis. Portanto, pode ser que a emergência seja mais urgente do que esse período.

P A R T E 2

L I B E R D A D E F I N A N C E I R A

3 - LIBERDADE FINANCEIRA

Dizemos que uma pessoa atingiu a liberdade financeira quando a sua renda passiva é suficiente para cobrir suas despesas. Portanto, uma pessoa é dita livre financeiramente quando os seus rendimentos de aplicações financeiras, dividendos, aluguéis, direitos autorais, dentre outros, são capazes de garantir a manutenção do seu padrão de vida.

QUANTO É PRECISO TER INVESTIDO?

O montante necessário para se atingir a liberdade financeira dependerá das nossas despesas, bem como dos rendimentos dos ativos que possuímos.

Suponha que uma pessoa tenha um gasto médio de 5 mil reais por mês. Caso o rendimento dos seus ativos seja igual a 0,8% ao mês, então, as suas aplicações devem totalizar, no mínimo, 625 mil reais.

Por outro lado, conseguir uma rentabilidade igual a 1% ao mês, logo, o montante necessário seria igual a 500 mil reais. Então, quanto maior for o rendimento das aplicações, menor será a exigência com relação ao montante investido.

Portanto, investir bem é fundamental para alcançar a liberdade financeira. Embora não seja impossível, no entanto, é muito mais difícil atingi-la fazendo péssimos investimentos.

COMO ALCANÇAR A LIBERDADE FINANCEIRA?

Para alcançarmos a liberdade financeira precisamos ter clareza do nosso padrão de vida e da nossa carteira de investimentos. Além disso, quanto maior o tempo de acumulação do patrimônio, maior será o efeito dos juros compostos.

Uma pessoa mais jovem pode investir menos por mês e ainda assim projetar uma renda passiva maior se comparado a uma pessoa mais velha, mas que decidiu começar a investir mais tarde.

Portanto, os investimentos de longo prazo podem contribuir para alcançarmos a liberdade financeira. Por exemplo, o investimento em ações pagadoras de dividendos e os fundos imobiliários são ativos acessíveis, negociados em bolsa de valores e com baixo custo.

É possível comprar ações e fundos imobiliários por menos de 15 reais. Por outro lado, para adquirir um imóvel para aluguel você gastará, no mínimo, 150 mil ou 200 mil reais.

4 - A DIFERENÇA ENTRE PATRIMÔNIO E RENDA

Para todos aqueles interessados em atingir a liberdade financeira, é importante saber diferenciar patrimônio e renda. A liberdade financeira é alcançada através de um patrimônio formado por ativos que sejam capazes de gerar renda passiva.

PASSIVOS E ATIVOS

Nosso patrimônio é formado por todos os bens que possuímos. Porém, nem todos os nossos bens geram renda.

Por exemplo, se utilizamos um imóvel próprio exclusivamente como moradia, então, este bem compõe o nosso patrimônio, mas não gera renda. Ao contrário, ele gera despesas. Portanto, ele é um passivo.

No entanto, se disponibilizamos o imóvel para locação então, ele assumirá potencial para gerar renda, embora tenhamos gastos com manutenção. Neste caso, ele será um ativo.

Portanto, é possível acumular patrimônio, mas não necessariamente gerar um fluxo de renda a partir deste patrimônio. Para todos aqueles que desejam alcançar a liberdade financeira, é fundamental que uma parte relevante do patrimônio seja constituída de ativos.

CUIDADOS NA ESCOLHA DE ATIVOS

Para escolher bons ativos é preciso estudá-los. Além disso, faz-se necessário estabelecer o valor teto de compra, ou seja, qual é o valor máximo que você estará disposto a pagar.

Dado que o retorno total do ativo é a razão entre o retorno total (renda mais ganho de capital) e o preço de compra do ativo, então, o valor de compra importa. Por exemplo, um ótimo imóvel pode ser um péssimo investimento a depender do preço de compra.

Suponha que no decorrer de 1 ano um ativo gerou uma renda de 1 real e dois investidores pagaram, respectivamente, 10 e 20 reais pela sua aquisição no início do ano, então, o retorno do primeiro investidor será de 10% e o retorno do segundo será de 5%.

PARTE 3

ECONOMIA BÁSICA

5 - INFLAÇÃO OFICIAL (IPCA)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o índice de inflação oficial do governo brasileiro. Ele é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O QUE É O IPCA E COMO É CALCULADO?

O IPCA é um dos indicadores mais utilizados para medir a inflação no Brasil. Ele é calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e serve como referência para o comportamento dos preços de uma cesta de produtos e serviços, que representam o consumo da maioria das famílias brasileiras.

O cálculo do IPCA envolve a coleta de preços de uma variedade de produtos e serviços, como alimentos, combustíveis, aluguel, energia elétrica, dentre outros.

Esses preços são registrados em diversas regiões do país e, em seguida, ponderados de acordo com o peso de cada item na despesa das famílias. Isso significa que produtos e serviços mais importantes para o consumidor têm um peso maior no cálculo do índice.

A IMPORTÂNCIA DO ÍNDICE E COMO ELE AFETA O SEU BOLSO

O IPCA desempenha um papel fundamental na economia brasileira, pois ele é utilizado para calcular o reajuste de preços de diversos contratos e investimentos, como os de aluguéis, títulos públicos e salários, influenciando diretamente o bolso do cidadão comum.

Além disso, o governo utiliza o IPCA como referência para a condução de políticas econômicas e para o controle da inflação. Por exemplo, o reajuste do salário mínimo é calculado com base no índice oficial de inflação.

Quando a inflação está alta, isso significa que os preços dos produtos e serviços estão subindo, logo, o seu poder de compra diminui. Por outro lado, quando a inflação está baixa, o poder de compra tende a aumentar.

6 - TAXA BÁSICA DE JUROS (SELIC)

A taxa básica de juros (Selic) é o principal instrumento do Banco Central do Brasil (BCB) para o controle da inflação e manutenção do poder de compra da moeda.

TAXA SELIC, CONSUMO E INFLAÇÃO

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) é quem define as alterações na taxa básica de juros (Selic).

O Copom utiliza estatísticas e projeções sobre diversas variáveis, por exemplo, os cenários interno e externo da economia, a trajetória da dívida pública, inflação, mercado de trabalho, dentre outras variáveis.

No intuito de controlar a inflação e manter o poder de compra da moeda, o comitê se reúne a cada 45 dias para discutir e avaliar a possibilidade de modificação ou manutenção da taxa Selic.

A queda na taxa básica de juros torna mais barato o acesso ao crédito e tende a estimular o consumo. Isso poderá, eventualmente, aumentar a inflação.

Por outro lado, o aumento na taxa Selic torna mais restritivo o acesso ao crédito e tende a desestimular o consumo. Nesse sentido, espera-se que a inflação diminua.

P A R T E 4

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

7 - SISTEMA PRICE

No sistema PRICE as prestações são constantes ao longo de todo o financiamento. Por outro lado, a amortização (redução da dívida) e os juros variam de um mês para o outro.

Nesta modalidade de financiamento imobiliário, no início, a parcela de juros é maior e a amortização é menor. Porém, no final isso se inverte e a amortização consegue superar os juros.

EXEMPLO DO SISTEMA PRICE

Suponha que um apartamento no valor de 200 mil reais será financiado em 30 anos (360 meses) a uma taxa de juros de 8,16% ao ano. Dado que as prestações são mensais, então, é necessário considerar a taxa de juros mensal equivalente, que no caso será aproximadamente igual a 0,66% ao mês.

Se uma pessoa der um valor de entrada igual a 50 mil reais, então, precisará financiar 150 mil reais. Nesse caso, a prestação mensal será de R\$ 1.092,29 e o montante de juros no decorrer de 30 anos será igual a R\$ 243.224,40.

Por outro lado, se a entrada fosse de 60 mil reais, então, o valor financiado seria de 140 mil reais. Logo, a prestação mensal seria de R\$ 1.019,47 e o total dos juros ao longo dos 30 anos seria de R\$ 227.009,20.

Logo, um aumento de 10 mil reais na entrada seria capaz de reduzir os juros em mais de 16 mil reais.

8 - SISTEMA SAC

No sistema SAC as amortizações são constantes ao longo de todo o financiamento. Por outro lado, as prestações e os juros variam de um mês para o outro.

Nesta modalidade de financiamento imobiliário, no início, a prestação e os juros são maiores. Porém, no final ambos são bem menores e a prestação é constituída praticamente pela amortização.

EXEMPLO DO SISTEMA SAC

Suponha que um apartamento no valor de 200 mil reais será financiado em 30 anos (360 meses) a uma taxa de juros de 8,16% ao ano. Dado que as prestações são mensais, então, considere a taxa de juros mensal equivalente, ou seja, 0,66% ao mês.

Se uma pessoa der um valor de entrada igual a 50 mil reais, então, precisará financiar 150 mil reais. Nesse caso, a prestação inicial será de R\$ 1.400,40 e o montante de juros no decorrer de 30 anos será igual a R\$ 177.563,18.

Por outro lado, se a entrada fosse de 60 mil reais, então, o valor financiado seria de 140 mil reais. Logo, a prestação inicial seria de R\$ 1.307,04 e o total dos juros ao longo dos 30 anos seria de R\$ 165.725,64.

Assim, um aumento de 10 mil reais na entrada seria capaz de reduzir os juros em aproximadamente 12 mil reais. Note que, o sistema SAC é mais vantajoso do que o sistema PRICE, pois você pagará menos juros.

REFERÊNCIAS

1 - SITES

<https://www.bcb.gov.br/>

<https://www.ibge.gov.br/>

<https://www.dividendosfuturos.com.br/>

https://www.b3.com.br/pt_br/institucional

2 - LIVROS (Link para comprar na Amazon)

CERBASI, Gustavo. Dinheiro: os segredos de quem tem. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

KIYOSAKI, Robert T. Independência financeira: o guia para a libertação. Tradução: Maria Fernanda Wolf de Carvalho. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

KIYOSAKI, Robert T. O guia de investimentos: aprenda a ganhar dinheiro investindo como os ricos. Tradução: Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

LEITÃO, Miriam. Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda. 12^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

CONTATO E MÍDIAS

1 - CONTATO (parcerias, assessorias, palestras, dúvidas, críticas e sugestões)

E-mail: futurosdividendos@gmail.com

2 - MÍDIAS (acompanhe os nossos conteúdos)

Blog:

<https://www.dividendosfuturos.com.br/>

YouTube:

<https://www.youtube.com/@DividendosFuturosDF>

